ISSN 1516-6503
eISSN 2316-3402

PERFIL DOS INDIVÍDUOS SOCIALMENTE ENGAJADOS NO BRASIL: UMA PESQUISA BASEADA EM UM INQUÉRITO POPULACIONAL NACIONAL

PROFILE OF SOCIALLY ENGAGED INDIVIDUALS IN BRAZIL: A RESEARCH BASED ON A NATIONAL POPULATION SURVEY

Paulo Sergio Cardoso da Silva
Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Administração - ESAG / UDESC, Florianópolis/SC
pauloscs85@gmail.com

Gabriel Marmentini
Politize! - Instituto de Educação Política, Florianópolis/SC
gabrielmarmentini@gmail.com

Daniel Moraes Pinheiro
Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Administração - ESAG / UDESC, Florianópolis/SC
daniel.m.pinheiro@gmail.com

Aprovado em 07/2025

Resumo

Este estudo teve como objetivo investigar o perfil dos indivíduos socialmente engajados no Brasil, com base na Pesquisa Nacional de Saúde de 2013. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva e analítica, que analisou dados de mais de 60 mil entrevistados sobre participação em trabalho voluntário e em reuniões comunitárias. As variáveis analisadas incluíram sexo, idade, estado civil, renda, escolaridade, estados e macrorregiões. Os resultados apontam maior prevalência de engajamento entre indivíduos com maior escolaridade e renda, especialmente nas regiões Sul e Norte. A escolaridade mostrou-se mais determinante que a renda para o engajamento social. Foram observadas diferenças significativas entre estados, sugerindo influência de fatores contextuais e culturais. O estudo contribui para a compreensão dos determinantes do engajamento social e aponta para a importância da escolaridade e da criação de espaços cívicos de participação. Ressalta-se a necessidade de novos estudos com abordagens geopolíticas e sociais mais aprofundadas.

Palavras-chave: Engajamento social. Trabalho voluntário. Participação Social. Desigualdades sociais. Inquérito populacional.

Abstract

This study aimed to investigate the profile of socially engaged individuals in Brazil, based on data from the 2013 National Health Survey. It is a quantitative, descriptive, and analytical research that analyzed data from over 60,000 respondents regarding participation in volunteer work and community meetings. The variables analyzed included sex, age, marital status, income, education level, states, and macro-regions. The results show a higher prevalence of engagement among individuals with higher education and income, especially in the South and North regions. Education proved to be a stronger determinant of social engagement than income. Significant differences were observed among states, suggesting the influence of contextual and cultural factors. This study contributes to the understanding of the determinants of social engagement and highlights the importance of education and the creation of civic spaces for participation. Further studies with deeper geopolitical and social approaches are recommended.

Keywords: *Social engagement. Volunteer work. Social participation. Social inequalities. Population survey.*

1 INTRODUÇÃO

O contexto social e político brasileiro, nos últimos anos, tem dos inúmeros desafios, especialmente do ponto de vista do engajamento. Como problema contemporâneo da democracia, o engajamento do cidadão em questões sociais e políticas demonstra, sobretudo, a capacidade de uma sociedade se enxergar como nação, o que no ambiente democrático significa tanto cooperação quanto participação, como também, a demonstração de valores que representem laços comunitários fortes, como a confiança e a solidariedade.

A partir do momento em que o indivíduo se sente à vontade, na democracia, a compreender seu papel na sociedade, passa também a refletir sobre a possibilidade de atuação cívica e para opinar (PINHEIRO; FARIAS, 2021) em questões socialmente relevantes. A partir disto, é preciso então refletir sobre os aspectos que os levam ao engajarem em questões que podem importar não somente para si, mas para os grupos que o cercam, e se de fato isto faz sentido para ele próprio. No ambiente democrático, o engajamento do cidadão é uma condição, muito embora tenha-se percebido que, até então, precisa se criar valores que proporcionem o cidadão compreender o seu papel cívico. Da mesma forma, ocorre com as atitudes voluntárias, já que, de fato, tem-se uma oportunidade de convergir valores e práticas do cidadão com aquilo que há em seu entorno, por meio do exercício de práticas democráticas de participação e engajamento.

Não é incomum, aliás, encontrar nos estudos de voluntariado a relação direta com questões como participação e valores cívicos, ou escalas e quadros analíticos que busquem demonstrar essa relação, como no estudo de Ariza Montes, Fernández Rodríguez e Tirado Valencia (2016), que trabalham valores claramente ligados à cultura política e formação de laços sociais. Aliás, o contexto ao qual o sujeito estabelece sua vida, também pode explicar, de certa forma, tanto a sua capacidade de não se enxergar apenas como um indivíduo, isolado, como também, de compreender que precisa desenvolver os aspectos relacionais, para a vida em comunidade, e contribuir para a construção de um ambiente saudável em seu próprio país.

Neste sentido, para compreender como, no contexto geral de um país, as pessoas são capazes de atuar em prol da coletividade, é preciso olhar para questões específicas, ligadas ao contexto

político, social ou até mesmo econômico. Como expõem Sabaté e Iglesias (2009, p.48):

> Através da educação, podemos melhorar o conceito de participação e cidadania, melhorando os conceitos de: individualismo consumismo, falta de solidariedade e competitividade. Gerando um tecido de relações de lazer alternativo não consumista, e enfrentando e gerenciando a diversidade, por meio do diálogo intercultural como modelo de relacionamento. [tradução livre]

A educação do sujeito, ao longo de sua vida, responde dessa maneira por parte dos valores constituídos para a construção de um ambiente saudável. Assim, é preciso um olhar, sensível, para as práticas voluntárias e de engajamento do cidadão, tentando compreender, sobretudo, como elas superam os desafios de uma sociedade, que esvai-se em práticas individualistas e criam um ambiente líquido, de controle a partir dos medos (BAUMAN, 2021) e que se estabelecem mesmo em meio ao ambiente democrático, onde indivíduos são gerenciados pelo Estado a partir de um controle, livre, das vontades daqueles que poderiam, por iniciativa, se mobilizar para as causas que considera como importantes para a vida em sociedade.

Especificamente do ponto de vista da adesão voluntária e do engajamento social em causas e ações, temos no Brasil uma tradição de estudos consolidada, seja na compreensão dos aspectos primários que mobilizam o sujeito para as práticas sociais, ou seja na capacidade de atração que instituições ou até projetos e ações articuladas, que atuam em causas ou em torno delas, têm para mobilizar pessoas em torno de seus objetivos. É comum, por exemplo, os estudos que destacam a relação entre as emoções e as motivações (DE SOUZA; PEREIRA DE MEDEIROS, 2012; DE MORAES et al., 2017; PEREIRA; CAVALCANTE, 2018) que impulsionam ou, até explicam, a disposição para o voluntariado ou para o engajamento em ações sociais.

Apesar de tratarmos aqui de um campo de estudos que tenha uma boa relevância na produção, é preciso considerar que, de certo modo, tem se olhado sobretudo para as práticas que entrelaçam as questões de engajamento do voluntariado, seja pela perspectiva do sujeito e suas motivações (DE SOUZA; PEREIRA DE MEDEIROS, 2012; DE MORAES et al., 2017; PEREIRA; CAVALCANTE, 2018), seja pela perspectiva da capacidade de atração de instituições, projetos, grupos, movimentos e causas (DUARTE; CAVALCANTE; MARQUES, 2017), ou até mesmo, pela prática do voluntariado a partir do incentivo ou em programas de empresas (FISCHER; FALCONER, 2001; SILVA et al., 2015; BARELLI et al, 2015) ou a partir de práticas do governo em impulsionarem ações sociais.

Aliás, tanto no campo social quanto no campo da política, é preciso revisitar, constantemente, as formas de engajamento dos sujeitos em práticas coletivas, pois as gerações passam a ressignificar práticas, e a olhar de forma diferente, inclusive, para o seu papel como indivíduo na coletividade. Este estudo não adentra aos fatores impulsionadores ou aprofunda nas motivações, mas tenta observar a partir de um olhar macro, a predisposição à participação, a partir dos dados de perfil e sua distribuição sociodemográfica, que supõem a capacidade de engajamento social presente na amostra da base de dados analisada.

Neste sentido, busca-se neste trabalho olhar para os sujeitos socialmente engajados, porém considerando, a partir de uma perspectiva de análise quantitativa, a possibilidade de identificar fatores de engajamento que estejam presentes em algumas características específicas destes sujeitos, traçando um perfil daqueles que se

declaram envolver-se em questões sociais. Assim, o objetivo deste estudo foi investigar o perfil dos brasileiros socialmente engajados, descrevendo as características associadas segundo estados e macrorregiões brasileiras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Tradicionalmente, busca-se entender o voluntariado e o engajamento social a partir da compreensão do sujeito e suas motivações para a preocupação com o seu entorno, assim como nos trabalhos de De Souza e Pereira de Medeiros (2012); De Moraes et al. (2017) e Pereira e Cavalcante (2018), e tantos outros que se dedicam a estes aspectos. Sob o olhar da psicologia, diversos modelos de compreensão de motivações ou até mesmo para avaliar as recompensas e benefícios como estimuladores, surgem nestes trabalhos. Embora muitos usem, inclusive, modelos quantitativos, mergulham na individualidade e na capacidade de, a partir do indivíduo, explicar esta ação.

Como no trabalho de De Moraes et al. (2017), onde se buscava compreender a relação entre motivações e felicidades no trabalho, seu resultado possibilita a oportunidade de reflexão sobre o engajamento deste voluntariado, bem como, de pensar mecanismos de atração, retenção e gestão destes indivíduos que se agregam ao projeto. Já De Souza e Pereira de Medeiros (2012), também na linha das características psicológicas, buscam explicar o ato de se tornar voluntário. Vão, ainda, aprofundar o grau de relação do sujeito com o caráter da ação voluntária, a que atribui significado.

Estudos desta natureza, portanto, são importantes, pois explicam do ponto de vista do sujeito uma etapa importante de atribuição de significado e consequente motivação para o engajamento em ações que tenham um atributo de nobreza ou mesmo de recompensa ou até felicidade. Aliás, felicidade é entendida por De Moraes et al. (2017) como um sentimento que é devolvido ao voluntário e, ao mesmo tempo, repassado aos beneficiários da ação.

Compreendido o elemento subjetivo, é preciso focar, aqui, no significado para a sociedade do trabalho voluntário. A sociedade se constitui de estruturas e camadas (GIDDENS, 2009) que precisam ser compreendidas em sua complexidade, e vários de seus valores se constituem não apenas ao longo do tempo, mas também em espaços e de formas específicas. Do ponto de vista cultura, a consolidação de valores, e aqui nos interessa aqueles ligados à capacidade relacional, transpassa gerações, e ocorre de forma distinta ao longo do tempo.

Quando se fala, especificamente, de uma sociedade contemporânea, aqui deve-se admitir que a vida no capitalismo do século XX e XXI, somados aos avanços tecnológicos e, sobretudo, ao desenho de uma sociedade constituída a partir dos medos e incertezas e de uma velocidade sem precedentes nas relações sociais (BAUMAN, 2021; BAUMAN; DONSKIS, 2014), aponta-se para a fragilidade do coletivo e das ações que tenham significado social. Como comentam Sabaté e Iglesias (2009), o modelo capitalista de sociedade irá valorizar muito mais a competição como valor presente do que necessariamente valores coletivamente mais significativos, como a vontade de ajudar, a solidariedade, o esforço conjunto, que se tornam, assim, ações esporádicas, e não um exercício cotidiano.

Isto, pois, evidencia que o que se valoriza na contemporaneidade é o mérito individual e a capacidade egoísta, ou mesmo, a possibilidade de um altruísmo exclusivamente calcado no interesse do retorno – seja em felicidade, como falamos, seja em status, alcançado pela promoção do bem e o reconhecimento disto através da

fama. Com uma sociedade mergulhada nesses problemas, que constituem um ambiente social com inúmeros desafios, assim comentam Sabaté e Iglesias (2009, p.43):

> A história social demonstra vez ou outra que os graves problemas que assolam inúmeras sociedades do mundo não se resolvem por várias razões, que são conhecidas por todos, razão pela qual há pessoas que optaram por desenvolver atividades em que se comprometem, ações para solução destes problemas em até certo ponto. Estas pessoas são chamadas de voluntários. Palavras que se escondem por trás de muitas maneiras diferentes de agir, mas são a prova de que existem seres humanos dispostos a dar o melhor de si para ajudar os outros a sair da marginalização, pobreza, exclusão etc. [tradução livre]

Esta visão, portanto, coloca os voluntários não apenas num esquema de projeção de vontades individuais e contribuições de dádiva e contra-dádiva (GOUDBOUT, 1999), mas num contexto social onde partem para a ação com significado amplo para a solução de problemas que estão no seu contexto de entorno.

Não obstante, Sabaté e Iglesias (2009) relacionam o voluntariado a uma questão de participação e cidadania e, portanto, a questões intrinsecamente ligadas à política e, até mesmo, questões econômicas, como também utilizam da educação como resposta a esta condição. Como comentam Ariza Montes, Fernandes Rodriguez e Tirado Valencia (2016, p.8):

> Os níveis de participação e envolvimento dos indivíduos em atividades voluntárias são um indicador da capacidade de uma sociedade identificar seus problemas mais prementes, bem como seu compromisso em encontrar soluções. No entanto, a realidade do voluntariado é extremamente complexa, a ponto de ser difícil definir e caracterizar o trabalho voluntário, dada a grande variedade de interpretações, motivações, variáveis sociodemográficas e aspectos culturais que compõem o perfil dos voluntários, analisados tanto a nível individual (pessoa a pessoa), bem como em termos coletivos (associações e redes de solidariedade) [tradução livre]

Logo faz sentido compreender a necessidade de se estabelecer níveis macro de análise, como nesta pesquisa, para mapear o perfil e as posições que colocam os indivíduos em relação à suas atitudes de engajamento em questões sociais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo e analítico. Seus resultados foram constituídos a partir da base de dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), do ano de 2013, conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério da Saúde (MS) e Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Muito embora sejam dados de 2013, é preciso considerar, aqui, que s estudos de grande abrangência demandam custos e tempos, e que suas bases de dados têm sido pouco exploradas, especialmente nos dados adjacentes à política públicas diretas. É o caso dos dados trabalhados aqui, que fazem sentido quando pensamos em olhar as práticas de engajamento social.

De base populacional, a PNS é uma pesquisa domiciliar que possui amostragem conglomerada em três estágios. As unidades primárias de amostragem são os setores censitários ou conjunto de setores; o segundo estágio são os domicílios e o terceiro estágio são os moradores de 18 anos ou mais de idade (IBGE, 2015).

Foram selecionados inicialmente para compor a amostra 81.254 domicílios, dos quais 69.994 estavam ocupados. Destes, 64.348 participaram

das entrevistas domiciliares sendo realizadas 60.202 entrevistas individuais. A taxa de resposta foi de 91,9% e 86,0% para as entrevistas domiciliares e individuais, respectivamente (IBGE, 2015).

As amostras tiveram tamanho definido considerando o nível de precisão desejado para estimativas de alguns indicadores, basicamente por meio de proporções de pessoas em determinadas categorias. Como estes indicadores estavam presentes em grupos populacionais diferentes, considerou-se a proporção de domicílios que possuíam pessoas pertencentes a estes grupos, a partir da base de dados do Censo Demográfico 2010, e com isso foi possível definir do tamanho da amostra necessário para se estimar os desfechos com a precisão desejada (IBGE, 2015).

O presente estudo considerou todos os entrevistados (≥ 18 anos de idade) da amostra. Os objetos principais de análise pertenciam ao "Módulo M - Outras características do trabalho e apoio social", estando dispostas em duas perguntas: "M17. Nos últimos 12 meses, com que frequência o(a) sr(a) participou de reuniões de associações de moradores ou funcionários, movimentos comunitários, centros acadêmicos ou similares?" e "M18. Nos últimos 12 meses, com que frequência o(a) sr(a) participou de trabalho voluntário não remunerado?". As possibilidades de respostas para ambas eram: a) mais de uma vez por semana; b) uma vez por semana; c) de 2 a 3 vezes por mês; d) algumas vezes no ano; e) uma vez no ano e f) nenhuma vez. Para as análises estatísticas, ambos desfechos possuíram suas respostas dicotomizadas (sim e não). Como variáveis exploratórias foram analisadas o sexo (masculino, feminino); faixa-etária (18-31; 32 a 45; 46 a 59 e maiores que 60 anos); estado civil (casado(a); separado/desquitado/divorciado(a); viúvo(a); solteiro(a)); tercil de renda familiar per capita e escolaridade em quatro categorias (sem instrução/fundamental incompleto, fundamental completo, ensino médio completo e ensino superior completo). Visando um melhor delineamento do perfil, as análises consideraram o espaço geográfico dos indivíduos, na forma dos estados e macrorregiões brasileiras (norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul).

A análise socioeconômica testou as associações dos desfechos, segundo macrorregiões brasileiras, com a renda familiar per capita, estratificada em tercis e escolaridade, estratificada em categorias. Foram estimadas as prevalências do desfecho no primeiro (T1) e último (T3) tercil de renda familiar per capita (Tabela 3), com posterior cálculo da razão entre as proporções de indivíduos que realizaram trabalho voluntário não remunerado e a proporção de indivíduos que participaram de reuniões de associações de moradores ou funcionários, movimentos comunitários, centros acadêmicos ou similares, ambas nos últimos 12 meses. O mesmo foi feito para escolaridade, onde se calculou a categoria com menor escolaridade (E1), representada por indivíduos sem instrução e com maior escolaridade (E4), representados pelos indivíduos com ensino superior completo. A inclusão destes recortes na análise foi motivada pelo comportamento do desfecho quando associado à renda e escolaridade (Tabela 1), mostrando-se diretamente associado com seu aumento.

As análises utilizaram o software estatístico Stata v.13.0 e as tabelas, gráficos e quadro o software Microsoft Excel. A estatística descritiva considerou o intervalo de confiança de 95% (IC95%) e a significância da amostra, foi testada a partir do teste do $\chi 2$. Foram considerados os pesos amostrais individuais existentes do banco de dados e o plano de amostragem complexa do

estudo. A Pesquisa Nacional de Saúde foi aprovada na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, sob o nº 328.159, de 26 de junho de 2013.

4 RESULTADO E ANÁLISE

De acordo com dados na Pesquisa Nacional de Saúde, 60.202 pessoas responderam o campo "Apoio Social". A Tabela 1 traz o perfil dos indivíduos que realizaram algum trabalho voluntário nos últimos 12 meses e que participaram de reuniões de moradores ou funcionários, movimentos comunitários, centros acadêmicos ou similares nos últimos 12 meses.

Ao avaliar a distribuição dos respondentes da pesquisa, verifica-se maior participação das mulheres (56,9%); indivíduos com idades entre 32 e 45 anos (30,5%); indivíduos solteiros (44,9%) seguido de casados (39,4%), pertencentes ao tercil mais rico (39,8%) e com menor escolaridade (40%).

Dados do relatório da CAF – Charities Aid Foundation (2019) em um estudo sobre comportamento em relação a doações, nos últimos anos, apontam para uma leve diferença no engajamento dos homens em relação às mulheres, no comportamento frente ao engajamento social (analisando, no relatório, variáveis em relação à: ajuda a outros; doações e tempo de voluntariado). Ariza Montes, Fernández Rodríguez e Tirado Valencia (2016) destacam em seu estudo que há diferença no comportamento entre gêneros, mas que estas questões estão correlacionadas, na literatura, diretamente com a idade, onde mulheres mais jovens tendem a dedicar mais tempo ao voluntariado que os homens, e nos voluntários com mais idade, há uma inversão neste padrão.

No Brasil, 12,1% indivíduos realizaram trabalho voluntário nos últimos 12 meses. A menor frequência de voluntários esteve entre os idosos (9,1%), seguido dos mais jovens (11,2%). Indivíduos na faixa-etária de 32 a 45 anos e 46 a 59 foram os que mais realizaram trabalho voluntário no último ano (12,5%). Analisando o estado-civil, os casados e separados/desquitados/divorciados foram aqueles quem mais se voluntariaram (13,4% e 13,0% respectivamente). À medida que pertenciam ao tercil mais superior de renda per capita, maior era a prevalência de participação em atividades voluntárias no último ano (15,8%, 9,3% e 7,9% respectivamente). Quanto maior a escolaridade, maior a prevalência de trabalhos voluntários. Não houve diferença estatisticamente significativa entre os sexos (Tabela 1).

Diferença de gênero e faixa etária são comumente encontradas em estudos de engajamento político e participação, como no de Cicognani et. al. (2012). Ariza Montes, Fernández Rodríguez e Tirado Valencia (2016) também demonstram que, nos estudos de voluntariado, costumam aparecer diferentes nuances, em relação à renda, educação e estado civil dos voluntários. Um outro fato, não presente em nossa base de dados, que pode ser considerado, é aquele relativo à presença de filhos nas unidades familiares, que tendem a aumentar a participação em atividades de voluntariado. Aqui, precisamos considerar que na realidade brasileira, culturalmente, a baixa participação dos pais na vida escolar dos filhos se reflete nas políticas de educação e no engajamento de questões comunitárias nas escolas, o que também transmite, aos filhos, um menor respeito à participação como um valor adquirido no ambiente familiar.

Tabela 1. Prevalência e distribuição das variáveis associadas aos indivíduos socialmente engajados no Brasil. PNS, 2003.

	Total	Realizou trabalho voluntário nos últimos 12 meses	Participou de reunião nos últimos 12 meses
	n(%)	% (IC95%)	% (IC95%)
Amostra total	60.202	12,1 (11,6-12,7)	16,1 (15,5-16,7)
Sexo*			
Masculino	25.920 (43,1)	11,9 (11,5-12,3)	19,3 (18,9-19,8)
Feminino	34.282 (56,9)	11,2 (10,8-11,5)	15,4 (15,1-15,8)
Faixa-etária*			
18-31	17.308 (28,7)	11,2 (10,7-11,7)	16,0 (15,4-16,5)
32-45	18.366 (30,5)	12,5 (12,1-13,0)	20,0 (19,3-20,5)
46-59	13.351 (22,2)	12,5 (11,9-13,0)	18,5 (17,8-19,2)
60 ou mais	11.177 (18,6)	9,1 (8,5-9,6)	12,6 (12,0-13,3)
Estado Civil*			
Casado(a)	23.741 (39,4)	13,4 (13,0-13,9)	19,0 (18,5-19,5)
Separado/desquitado/divorciado(a)	4.727 (7,9)	13,0 (12,0-14-0)	16,8 (15,7-17,8)
Viúvo(a)	4.708 (7,8)	8,5 (7,7-9,3)	10,3 (9,5-11,2)
Solteiro(a)	27.026 (44,9)	10,0 (9,7-10,4)	16,7 (16,2-17,1)
Renda*			
1º tercil	15.892 (26,4)	7,9 (7,5-8,3)	15,2 (14,6-15,7)
2º tercil	20.331 (33,8)	9,3 (8,9-9,7)	14,1 (13,7-14,6)
3º tercil	23.979 (39,8)	15,8 (15,3-16,2)	20,9 (20,4-21,4)
Escolaridade*			
Sem instr./fund. incompl.	24.083 (40,0)	6,9 (6,6-7,2)	12,8 (12,4-13,2)
Fundamental completo	9.215 (15,3)	9,0 (8,4-9,6)	14,3 (13,6-15,0)
Ensino médio completo	19.149 (31,8)	14,3 (13,8-14,8)	18,6 (18,1-19,2)
Ensino superior completo	7.755 (12,9)	21,8 (20,9-22,8)	30,2 (29,2-31,2)

*$p < 0,001$ (teste do $\chi 2$ de Pearson para sexo e estado civil e teste do $\chi 2$ de tendência linear para faixa-etária, renda e escolaridade). Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013.

A prevalência da participação de reuniões nos últimos 12 meses foi de 16,1% no Brasil. Participaram mais os homens (19,3% x 15,4%); pertencentes à faixa etária de 32 a 45 anos (20,0%); indivíduos casados (19,0%); e pertencentes ao tercil mais rico (20,9%), não havendo diferença estatisticamente significativa entre 1º e 2º tercis de renda. Ao avaliar a escolaridade, à medida que tivessem maior escolaridade, maior foi a prevalência de participação em reuniões (Tabela 1).

A Tabela 2 traz a o perfil nas macrorregiões brasileiras. Ao avaliar àqueles que realizaram trabalho voluntário nos últimos 12 meses, a região Sul apresentou maior prevalência (16,0%) e a região Nordeste a menor prevalência (9,5%). Norte, Centro-Oeste e Sudeste não apresentaram diferença estatisticamente significativa entre si.

Tabela 2. Prevalência e distribuição de indivíduos engajados socialmente, segundo macrorregiões brasileiras, PNS 2013 (n = 60.202).

Macrorregiões (n=60.202)	Realizou trabalho voluntário nos últimos 12 meses*		Participou de reuniões nos últimos 12 meses*	
	n (%)	(IC95%)	n (%)	(IC95%)
Norte (n=12.536)	1.544 (13,1)	(11,9-14,4)	2.617 (20,0)	(18,5-21,6)
Nordeste (n=18.305)	1.619 (9,5)	(8,7-10,2)	3.115 (17,9)	(17,0-19,0)
Centro-Oeste (n=7.519)	1.008 (13,2)	(12,1-14,3)	1.294 (16,6)	(15,3-17,9)
Sudeste (n=14.294)	1.590 (12,1)	(11,1-13,2)	1.766 (12,1)	(11,1-13,2)
Sul (n=7.548)	1.154 (16,0)	(14,6-17,4)	1.510 (22,5)	(20,8-24,2)

*$p < 0,001$ (teste do $\chi 2$ de Pearson). Valores ajustados para amostra complexa.

Dentre as macrorregiões com maior frequência de indivíduos que participaram de reunião nos últimos 12 meses, novamente a região Sul se sobressaiu com 22,5%, seguido do Norte com 20%. A região Sudeste apresentou a menor prevalência (12,1%) (Tabela 2).

O Quadro 1 traz o comportamento do engajamento social dos indivíduos nos estados brasileiros. A presença do intervalo de confiança (IC95%) permite verificar se há diferença estatisticamente significativa entre diferentes estados, a partir da sobreposição dos IC95%.

Ainda que a prevalência de indivíduos que realizaram trabalho voluntário não remunerado nos últimos 12 meses seja de 12,1% no Brasil (Tabela 1), percebemos uma grande variabilidade entre os estados. Enquanto o Distrito Federal apresentou 16,9%, Alagoas apresentou 6,3% (Quadro 1), o que mostra uma prevalência 2,7 maior do primeiro. No que se refere à participação em reuniões nos últimos meses, cuja prevalência no Brasil foi de 16,1% (Tabela 1), o Rio Grande do Sul apresentou prevalência 2,6 vezes maior do que Rio de Janeiro (25,1% X 9,6%) (Quadro 1). Sobre os aspectos geográficos, há de se considerar uma questão que aqui não é abordada, e não há condições de se fazer tão somente a partir dos dados, mas deve ser estimulada a reflexão: cada região ou estado, poderiam, em princípio, proporcionar condições para o engajamento social. Estados com políticas públicas de educação que privilegiem o envolvimento do cidadão, ou mesmo dos pais, certamente tenderão a criar espaços de participação, o que fazem com que, com o tempo, o cidadão perceba os valores cívicos envolvidos no processo de educação de seus filhos – ou dos filhos da comunidade que o importa.

Sendo assim, a criação de espaços de participação, aqui entendidos como os espaços políticos explicados por Castro (2018), precisam compreender, em última instância, que não tem apenas a função política: possuem também a função, histórica, de criar uma relevância para o sujeito preocupar-se com questões de seu lugar. Logo, é preciso então abrir a discussão, aqui, para se esta questão – engajamento - se apresentar de forma mais relevante em uma localidade, em se compreender se há espaços que propiciem isto, ou outras condicionantes. Através do Gráfico 1 estão apresentadas as prevalências dos indivíduos que realizaram trabalho voluntário não remunerado nos últimos 12 meses, segundo estados brasileiros.

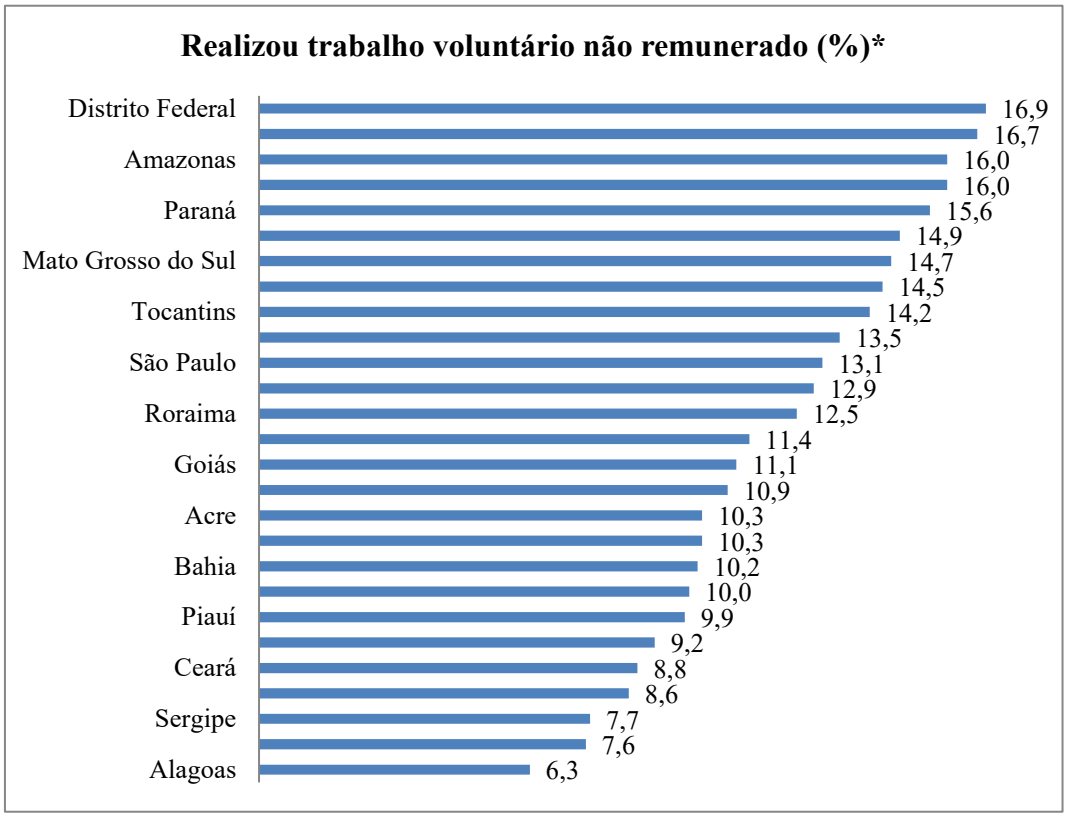
Quadro 1. Prevalência (%) de indivíduos engajados socialmente nos últimos 12 meses, segundo estados brasileiros, PNS 2013.

Estados brasileiros	Prevalência (IC95%)	
	Realizou trabalho voluntário nos últimos 12 meses*	Participou de reuniões nos últimos 12 meses*
Acre	10,3 (8,2-12,7)	18,6 (15,8-21,9)
Alagoas	6,3 (5,0-8,0)	12,6 (10,6-15,1)
Amapá	14,5 (11,8-17,6)	22,7 (19,4-26,5)
Amazonas	16,0 (13,8-18,5)	24,6 (21,8-27,6)
Bahia	10,2 (8,6-12,1)	18,5 (15,9-21,4)
Ceará	8,8 (7,2-10,7)	17,9 (15,8-20,2)
Distrito Federal	16,9 (14,9-19,1)	24,1 (21,4-27,1)
Espírito Santo	9,2 (7,1-11,9)	11,0 (8,9-13,4)
Goiás	11,1 (9,4-13,0)	10,7 (8,9-12,7)
Maranhão	10,3 (8,2-12,9)	19,2 (16,4-22,3)
Mato Grosso	12,9 (10,6-15,6)	20,7 (17,5-24-2)
Mato Grosso do Sul	14,7 (12,6-17,2)	18,2 (16,0-20,7)
Minas Gerais	13,5 (11,3-16,1)	15,4 (12,9-18,4)
Pará	11,4 (9,4-13,7)	18,6 (16,0-21,7)
Paraíba	7,6 (6,0-9,7)	16,6 (14,0-19,6)
Paraná	15,6 (14,0-17,3)	18,8 (16,6-21,3)
Pernambuco	10,0 (8,4-11,8)	17,4 (15,2-19.9)
Piauí	9,9 (7,6-12,8)	24,9 (21,4-29,9)
Rio de Janeiro	8,6 (7,2-10,3)	9,8 (8,3-11,5)
Rio Grande do Norte	10,9 (9,1-12,9)	17,6 (15,0-20,6)
Rio Grande do Sul	16,0 (13,5-18,8)	25,1 (22,5-27,9)
Rondônia	14,9 (12,0-18,3)	17,8 (15,5-20,3)
Roraima	12,5 (10,1-15,3)	18,2 (15,3-21,5)
Santa Catarina	16,7 (13,7-20,1)	23,9 (20,0-28-2)
São Paulo	13,1 (11,5-14,8)	11,5 (10,2-13,0)
Sergipe	7,7 (6,3-9,3)	14,6 (12,3-17,2)
Tocantins	14,2 (10,9-18,4)	19,2 (16,0-22,9)

*$p < 0,001$ (teste do $\chi 2$ para cada desfecho). Valores ajustados para amostra complexa.

O Gráfico 1 mostra em destaque Distrito Federal, Santa Catarina, Amazonas, Rio Grande do Sul e Paraná como estados com maior prevalência de indivíduos que realizaram trabalho voluntário nos últimos 12 meses. Salienta-se que toda a região Sul está representada entre os estados destacados. Os três estados menos prevalentes (Sergipe, Paraíba e Alagoas) são pertencentes ao Nordeste (Gráfico 1).

Gráfico 1. Prevalência (%) de indivíduos que realizaram trabalho voluntário não remunerado nos últimos 12 meses, segundo estados, Brasil 2013

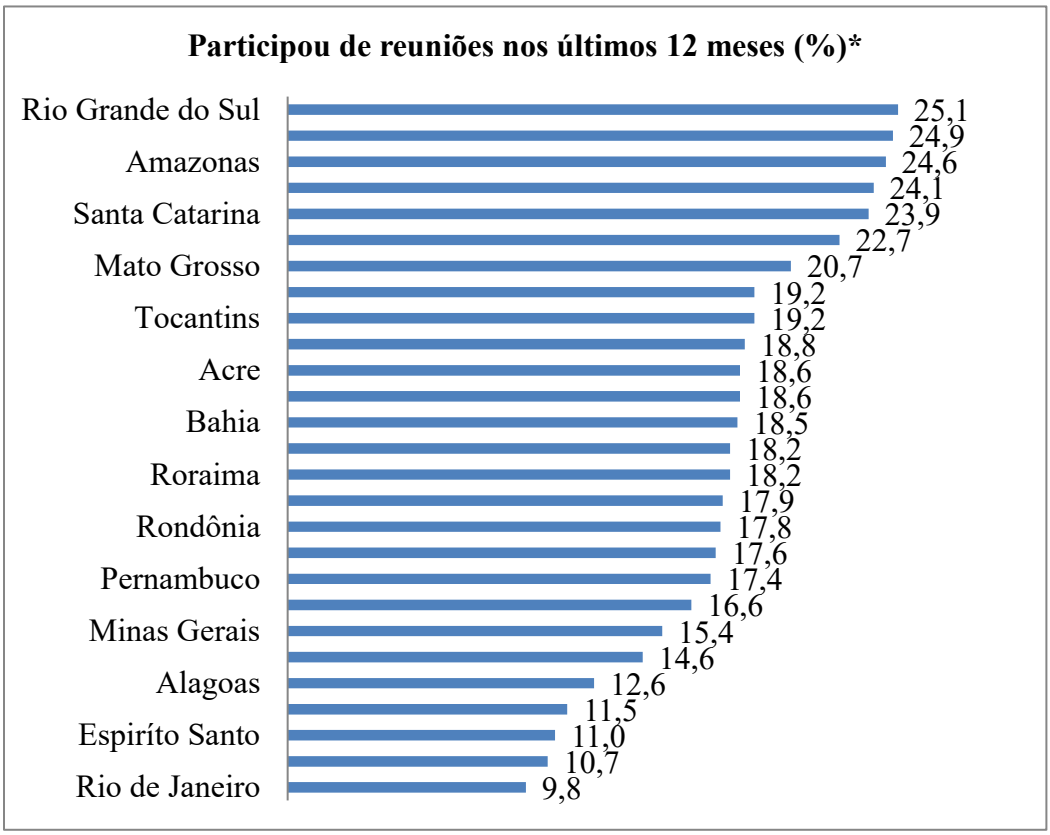


*p < 0,001 (teste do χ2 para cada desfecho). Valores ajustados para amostra complexa.

Como visto nos dados até o momento apresentados, quanto às questões geográficas, há prevalências de comportamento relativo ao trabalho remunerado em distintos lugares. Não que de forma definitiva neste trabalho seja possível afirmar que há, sobretudo, diferenças relevantes entre estes espaços geográficos que expliquem, por ora, o comportamento de seus habitantes, mas aqui aparecem elementos inquietantes que, inclusive, podem explicar a relevância deste estudo, já que práticas e engajamento surgem, também, por incentivo do próprio poder público local, ou por uma cultura de solidariedade e confiança instauradas a partir de práticas que sugerem o fortalecimento do capital social (PUTNAM, 2002; SERAFIM et al., 2012) entre indivíduos de uma mesma localidade, que são trazidos à arena pública como cidadãos engajados (BAQUERO; BAQUERO, 2007).

Um dos indicadores que podem ser relevantes para explicar o processo de engajamento social trata de quanto os indivíduos participam de ambientes de deliberação coletiva, sejam associativos, de representação, movimentos sociais e outros que possam expressar a capacidade de, em coletividades, constituírem uma arena onde o capital social, a troca, passam a ter relevância para a vida em comunidade. O Gráfico 2 demonstra a prevalência de indivíduos que participaram deste tipo de reunião, por estado da Federação.

Gráfico 2. Prevalência (%) de indivíduos que participaram de reuniões de moradores ou funcionários, movimentos comunitários, centros acadêmicos ou similares nos últimos 12 meses, segundo estados, Brasil 2013



*p < 0,001 (teste do χ2 para cada desfecho). Valores ajustados para amostra complexa.

Entre os indivíduos que realizaram trabalho voluntário, a região Sudeste apresentou a maior razão de prevalência, quando comparada a prevalência dos mais ricos com os mais pobres (T3/T1), de modo que os mais ricos (T3) realizaram 2,7 vezes mais trabalhos voluntários, quando comparado aos mais pobres (T1). Além disso, verificou-se que na região Sudeste, a prevalência T1 foi metade da prevalência de toda a região (6,0% x 12,1% respectivamente). A região Centro-Oeste apresentou a menor desigualdade entre os estratos de renda, com uma Razão de 1,7. Ainda assim, isto representa que os pertencentes ao T3 tiveram uma prevalência 70% maior do que T1 nesta região (Tabela 3).

Ao analisar os indivíduos que realizaram reuniões de moradores ou funcionários, movimentos comunitários, centros acadêmicos ou similares nos últimos 12 meses, verificou-se que a razão de prevalência entre T3 e T1 apresentou variação de 40% a 80%, sempre em favor dos mais ricos. A região Sudeste apresentou a menor prevalência no T1 (8,7%) e a região Norte a maior (17,9%). Avaliada a prevalência entre os mais ricos, a região Sul (26,4%) e Sudeste (15,1%) foram a maior e menor prevalência encontrada, respectivamente (Tabela 3).

Tabela 3. Proporção de pessoas engajadas socialmente, segundo tercis de renda *per capita* nas macrorregiões brasileiras, 2013.

Variável	Realizou trabalho voluntário não remunerado nos últimos 12 meses				Participou de reunião nos últimos 12 meses			
	Prevalências*			Razão	Prevalências*			Razão
	Todos	T1	T3	T3/T1	Todos	T1	T3	T3/T1
Amostra total	12,1	7,6	16,9	2,2	16,1	14,0	19,3	1,4
Norte	13,1	10,3	18,1	1,8	20,0	17,9	25,2	1,4
Nordeste	9,5	7,1	15,0	2,1	18,0	16,4	22,6	1,4
Centro-oeste	13,2	10,2	16,9	1,7	16,6	12,4	20,8	1,7
Sudeste	12,1	6,0	16,4	2,7	12,1	8,7	15,1	1,7
Sul	16,0	10,1	19,2	1,9	22,5	14,5	26,4	1,8

*Foi considerado o peso amostral complexo e efeito de delineamento para o cálculo das prevalências.

Na Tabela 4 estão descritas as prevalências de indivíduos que realizaram trabalho voluntário não remunerado e de indivíduos que participaram de reuniões de moradores ou funcionários, movimentos comunitários, centros acadêmicos ou similares, ambos nos últimos 12 meses, segundo macrorregiões brasileiras, evidenciando a razão de prevalência entre os indivíduos com ensino superior e com menor instrução (E4/E1).

As regiões Norte e Sudeste foram as que apresentaram a maior razão de prevalência, ao comparar àqueles com maior nível de escolaridade aos com menor escolaridade (E4/E1), de modo que os indivíduos com ensino superior (E4) realizaram 3,6 vezes mais trabalhos voluntários do que àqueles sem instrução (E1). A região com menor desigualdade foi a região Sul, onde indivíduos com maior escolaridade (E4) realizaram 1,8 vezes mais trabalhos do que àqueles com menor instrução (E1). Enquanto na região Nordeste a prevalência de trabalhos voluntários foi de 5,9% entre os indivíduos com menos escolaridade (E1), na região Sul, no mesmo grupo, esta prevalência foi de 12,9% (Tabela 4).

Quando analisados os indivíduos que realizaram reuniões de moradores ou funcionários, movimentos comunitários, centros acadêmicos ou similares nos últimos 12 meses, verificou-se a maior desigualdade na região Centro-oeste, onde àqueles com maior escolaridade (E4) participaram 3,3 vezes mais de reuniões do que indivíduos sem instrução (E1). Na região Sul, que apresentou a menor desigualdade, esta razão foi de 1,8. Entre àqueles com menor escolaridade (E1) a região Sudeste apresentou a menor prevalência de participação em reuniões (7,7%), e a região Sul a maior (17,7%). Entre àqueles com maior escolaridade (E4), a maior prevalência de participação em reuniões se deu na região Norte (38,1%) e a menor na região Sudeste (21,8%) (Tabela 4).

Ao relacionarmos os resultados encontrados nas Tabelas 3 e 4, fica claro que, ao comparar a realização de trabalho voluntário e a participação em reuniões por parte dos extremos, conforme as razões (T3/T1) e (E4/E1), a escolaridade apresentou-se como mais determinante do que a renda. Isto aponta para o fato de que, ter maior escolaridade pode ser mais determinante do que

Tabela 4. Proporção de pessoas engajadas socialmente, segundo nível de escolaridade, nas macrorregiões brasileiras, 2013.

Variável	Realizou trabalho voluntário não remunerado nos últimos 12 meses				Participou de reunião nos últimos 12 meses			
	Prevalências*			Razão	Prevalências*			Razão
	Todos	E1	E4	E4/E1	Todos	E1	E4	E4/E1
Amostra total	12.1	7,6	23,5	3,1	16,1	12,4	26,8	2,2
Norte	13,1	8,2	29,4	3,6	20,0	15,8	38,1	2,4
Nordeste	9,5	5,9	18,9	3,2	18,0	15,4	32,1	2,1
Centro-oeste	13,2	8,1	24,0	3,0	16,6	9,7	31,7	3,3
Sudeste	12,1	6,8	24,3	3,6	12,1	7,7	21,8	2,8
Sul	16,0	12,9	23,3	1,8	22,5	17,7	31,5	1,8

*Foi considerado o peso amostral complexo e efeito de delineamento para o cálculo das prevalências.

pertencer a um estrato de renda superior, no que tange o engajamento social. É preciso, claro, entender que a renda no contexto histórico-social brasileiro, tem sistematicamente explicado um maior acesso a escolaridade, e são variáveis que podem ser observadas em um conjunto de privilégios, dentro de estratos específicos da sociedade. No entanto, é preciso compreender, também, que atividades voluntárias ou a participação e o engajamento social não trazem, sobretudo, um ganho econômico direto em renda – logo, há de se supor que as camadas mais baixas irão dedicar seu tempo ao trabalho formal, até por uma questão de sobrevivência, muitas vezes não enxergando o potencial agregador e de crescimento, a partir de ganhos que são alternativos ao econômico, a partir de relações de solidariedade.

Assim como já destacado ao longo deste artigo, a escolaridade é um dos fatores que, não apenas contribui para a explicação quanto ao engajamento social, quanto deve-se refletir se a variável pode se atrelar a um maior contato com questões relevantes para a vida coletiva. Se adotarmos, aqui, o pressuposto de que a escola é – ou deveria ser – um espaço de compartilhamento de valores, sociais ou políticos, entende-se, portanto, que a escola possibilita o desenvolvimento da capacidade relacional dos indivíduos e, minimiza os efeitos fluidos que a sociedade cada vez mais isolada (BAUMANN, 2021) tende a priorizar. Assim, a maior escolaridade pode explicar um maior engajamento, desde que a escola venha a ser um espaço seguro, democrático e de criação e fortalecimento de lações e valores que desenvolvam um senso de responsabilidade e uma moral de coletividade.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi investigar o perfil dos brasileiros socialmente engajados, descrevendo as características associadas segundo estados e macrorregiões brasileiras. Do ponto de vista descritivo, percebe-se com a análise que existem comportamentos distintos entre os estados e regiões, e que ao analisarmos fatores como renda e escolaridade, também a prática do

engajamento social tem comportamento diferente em cada camada.

Este estudo possui caráter descritivo, não permitindo o controle de potenciais fatores de confusão. Ainda assim, traz uma amostra altamente representativa e permite mapear o perfil dos voluntários e participantes de reuniões no Brasil, como poucas pesquisas. Recentes publicações vêm surgindo com foco na abordagem social, mas poucas apresentam um viés mais quantitativo. Estudos como estes podem contribuir para o crescimento e melhor compreensão desta área, que está em larga expansão.

Por fim, considerando que o apoio social apresenta particularidades de acordo com a realidade brasileira em questão, mais estudos se fazem necessários para o mapeamento e melhor compreensão das características que permeiam os indivíduos socialmente engajados. Deve se considerar que o sujeito se constitui em sociedade e ao seu redor importam o tempo, o espaço, o contexto (GIDDENS, 2009). Assim, sugere-se que as abordagens com recortes geográficos, aprofundem em características de formação do capital social local e do potencial de engajamento. Além disso, observar os incentivos, seja do poder público, seja do empresariado local, associado a programas, projetos e organizações de base comunitária, não apenas no quantitativo, mas na capacidade de mobilizar e educar diferentes públicos para o engajamento social e político, nestes locais específicos, a partir de uma perspectiva da compreensão que a geografia traz desenhos políticos que favoreçam ou não estas práticas, ao longo de sua história, podem ser interessantes. De igual importância, compreender as barreiras ao engajamento a partir da história e da consolidação geopolítica de cada estado ou região, poderá ser igualmente enriquecedor.

REFERÊNCIAS

ALMOND, G. El estúdio de la cultura política. In: ALMOND, G. Una disciplina segmentada. Escuelas e corrientes en las ciências políticas. México: Fondo de Cultura Econômica, 1993.

ALMOND, G. A. The study of political culture. In: Culture and politics. Palgrave Macmillan, New York, 2000. p. 5-20.

ALMOND, G. VERBA, S. La cultura política. In: Diez textos básicos de ciencia política. 2ª ed. Ariel Ciencia Política. 2001. pp. 171-202.

ARIZA MONTES, Antonio; FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Vicente; TIRADO VALENCIA, Pilar. La incidencia de los valores culturales en el voluntariado: el caso de Europa. Revesco, n. 120, p. 7 -34, 2016.

BAQUERO, M. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. Opinião Pública, v. 14, n. 2, p. 380-413, 2008.

BAQUERO, M.; BAQUERO, R. Trazendo o cidadão para a arena pública: Capital Social e empoderamento na produção de uma democracia social na América Latina. Redes. Revista do Desenvolvimento Regional, v. 12, n. 1, p. 125-150, 2007.

BARELLI, P. et al. Voluntariado Empresarial: Um Estudo Das Redes De Voluntários. Revista FSA, v. 12, n. 3, 2015.

BAUMAN, Z.; DONSKIS, L. Cegueira Moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BAUMAN, Z. Tempos líquidos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CHARITIES AID FOUNDATION. CAF World Giving Index: Ten years of giving trends. 2019.

CICOGNANI, E. et al. Gender differences in youths' political engagement and participation. The role of parents and of adolescents' social and civic participation. Journal of adolescence, v. 35, n. 3, p. 561-576, 2012.

DE MORAES, A. F. G. et al. "Ajudar os Outros me Deixa Feliz": Voluntariado e Felicidade no Projeto

Acesso Cidadão. Teoria e Prática em Administração (TPA), v. 7, n. 2, p. 36-65, 2017.

DUARTE, I. G.; CAVALCANTE, C. E.; MARQUES, R. R. R. Gestão de Pessoas no Terceiro Setor: Motivações dos Voluntários da Fundação Cidade Viva. Revista Organizações em Contexto, v. 13, n. 25, p. 99-120, 2017.

FISCHER, R. M.; FALCONER, A. P. Voluntariado empresarial–estratégias de empresas no Brasil. Revista de Administração da Universidade de São Paulo, v. 36, n. 3, 2001.

GIDDENS, A. A Constituição da Sociedade. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2009.

GODBOUT, J. T. O espírito da dádiva. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

INGLEHART, R. The Renaissance of Political Culture. In: The American Political Science Review, Vol. 82, No. 4, Dez, 1988, pp. 1203-1230.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa nacional de saúde: 2013: acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violências: Brasil, grandes regiões e unidades da federação / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. – Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 100 p.

MOISES, J. A. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. Rev. bras. Ci. Soc. 2008, vol.23, n.66, pp. 11-43.

PEREIRA, H. A.; CAVALCANTE, C. E. Medalha de ouro! Estudo sobre motivação no trabalho voluntário eventual nos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro. Revista Organizações em Contexto, v. 14, n. 28, p. 177-206, 2018.

PESCHARD, J. Transparencia y partidos políticos. México: IFAI, 2005.

PINHEIRO, D. M.; FARIAS, G. R. Incentivos e barreiras ao ingresso do jovem na política: uma discussão teórica. Juventude.br, v. 19, n. 1, p. 7-14, 2021.

PRZEWORSKI, A.; CHEIBUB, J. A.; LIMONGI, F. Democracia e cultura: uma visão não culturalista. Lua Nova. 2003, n.58, pp. 9-35.

PUTNAM, R. D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RIBEIRO, E. A. Cultura política, instituições e experiência democrática no Brasil. Revista de Sociologia e Política, n. 28, p. 205-219, 2007.

SABATÉ, M. C. T.; IGLESIAS, L. F. V. Algunas consideraciones sobre la cultura del voluntariado como factor en la construcción Europea y ciudadanía. Revista Portuguesa de Pedagogia, p. 41-56, 2009.

SERAFIM, M. C. et al. Capital social, confiança e solidariedade na comunidade da Costa da Lagoa. Anais do 36º Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro: RJ, 2012.

SILVA, G. C. da et al. Significado do trabalho voluntário empresarial. Revista Psicologia Organizações e Trabalho, v. 15, n. 2, p. 157-169, 2015.

TOMBI, W. Co.; SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E. Responsabilidade social, voluntariado e comunidade: estratégias convergentes para um ambiente de co-produção do bem público. Organizações & Sociedade, v. 13, p. 125-141, 2006.